

# A produção dos espaços periféricos na ação regional a partir da economia solidária

## The production of peripheral space as regional action, based on the solidarity economy approach

Marcio Mendes Rocha

Universidade Estadual de Maringá

**Resumo:** O objetivo deste artigo é refletir sobre a produção dos espaços periféricos à luz de uma outra economia, uma economia solidária. Esta temática refere-se a uma ação regional, do ponto de vista geográfico, no âmbito dos estudos populacionais e de mobilidade, no planejamento regional e promove um desenvolvimento local auto-gerido e autosustentado. Neste linha de atuação opera o Núcleo Multidisciplinar de Economia Solidária da Universidade Estadual de Maringá (UEM) que utiliza a técnica do Diagnóstico de Potencialidades Produtivas Locais (DPPL). Esta metodologia vincula estudantes e geógrafos em projetos de ensino, com estágio curricular, pesquisa com projetos de Iniciação Científica e de Pós Graduação stricto sensu e extensão com estagiários bolsistas em projetos de extensão.

Palavras-chave: Espaços periféricos. Economia solidária. Estudos de mobilidade

**Abstract:** This article aims at reflecting how the production of peripheral spaces appears under the light of a new type of economy, the solidarity economy. Its point of departure is the subject of regional action that, from a geographical viewpoint, is encompassed into the field of population and mobility studies, of regional planning and of self-managed and self-sustained local development. The *Núcleo Multidisciplinar de Economia Solidária da Universidade Estadual de Maringá (UEM)* has developed activities resulting in the creation of a line of action named *Diagnóstico de Potencialidades Produtivas Locais (DPPL - Diagnosis of Local Productive Potentialities)*, which creates links between students and professional geographers through teaching projects, on the spot training, research projects (with graduate and postgraduate scientific scholarships), and extension services.

Keywords: Peripheral spaces. Solidarity economy. Mobility studies

### INTRODUÇÃO

Iniciaremos nossa trajetória pensando no que levou à consolidação deste tema enquanto uma linha de pesquisa no âmbito da geografia. Tudo começa a partir de um olhar para a Mesorregião Norte Central Paranaense (ROCHA, 1999). O desdo-

bramento desta pesquisa, entre outras coisas, avalia as conseqüências da modernização conservadora na distribuição das populações da região. Ocorre, portanto, nos últimos 30 anos, a consolidação de vazios demográficos, o que resultou em uma heterogeneidade distributiva das populações. Acontece uma polarização

importante das populações para diversos centros regionais no norte e noroeste do Paraná. Podemos verificar isso a partir das taxas de crescimento das populações dos municípios desta mesorregião nos últimos 30 anos, período em que a grande maioria dos municípios perde suas populações.<sup>1</sup> Este quadro nos fez pensar no seguinte questionamento: Qual seria a perspectiva de reversão deste processo? O caminho percorrido foi o desenvolvimento local autogerido e auto-sustentável. Os pressupostos de um desenvolvimento autócotone, considerando as particularidades e potencialidades das comunidades desses municípios periféricos seria o caminho. No âmbito da geografia o *planejamento regional* seria a porta de entrada desta temática. Partindo do paradigma da sustentabilidade e autogestão, teríamos a possibilidade de reverter uma situação como esta. Ao longo do processo de construção de autonomia e auto-sustentação, a ênfase das particularidades culturais de cada uma das comunidades dos municípios periféricos é fundamental. A perspectiva do estímulo às ações comunitárias é outra característica importante que deve ser considerada para a construção da ação regional. A educação para a cidadania é também uma perspectiva importante na medida em que se percebe pouca ênfase na história do lugar. O processo de ensino aprendizagem estabelecido para esses territórios respeita padrões homogêneos que não estimulam as particularidades, o que efetivamente interfere na construção de uma cidadania local. A educação para a cidadania se coloca como um dos fatores fundamentais para a retenção das populações. Desse modo, o cidadão teria conhecimento da

história de sua cidade, dos seus pioneiros, valorizaria as potencialidades naturais, culturais, produtivas. Esse processo levaria a um *pertencimento territorial*, que seria uma possibilidade importante de reverter esta situação criada por um modelo de desenvolvimento conservador e concentrador de riqueza.

A perspectiva de reversão deste estado de coisas poderia se dar a partir de uma outra economia. Uma opção importante que surge como forma alternativa é a *economia solidária*, que se estrutura fora dos parâmetros de uma economia capitalista, embora inserida neste sistema produtivo, ela tem uma forma alternativa de reprodução de suas relações. Busca outros princípios fundados na equidade, solidariedade, sustentabilidade, cooperação, entre outros. A economia solidária tem a potência de nascer enquanto movimento social, fruto da organização dos trabalhadores e desempregados que encontram formas mais dignas de trabalho, buscando incorporar no trabalho na produção e na comercialização a consciência cidadã, a partir do paradigma da sustentabilidade em suas práticas produtivas.

Temos que considerar também a importância das políticas públicas e mesmo privadas no fomento à implementação e consolidação de empreendimentos econômicos solidários. O perigo da instrumentalização das ações solidárias a partir da institucionalização dos empreendimentos pelas entidades financiadoras e, conseqüentemente, a tecnoburocracia que se reproduz muitas vezes a partir de entidades de apoio pode levar a sérios desvios. Se não houver a mediação dos trabalhadores em relação aos recursos captados por estas entidades, poderá ocorrer malversação destes recursos, estimulando, em muitos casos, a formação de grupos distantes das bases produtivas que se beneficiam destes recursos, oriundo do Estado e mesmo do setor privado.

<sup>1</sup> Para maior detalhamento sobre esta temática consultar: ROCHA, M.M. As cidades periferias da mesorregião norte central paranaense: os vazios demográficos e o desenvolvimento local. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE RIO CLARO. O desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas. Disponível em: <<http://www.nemo.uem.br/Download/Sem%20Inter%20Rio%20Claro.PDF>> Acesso em: 25 maio 2008.

A seguir, comentaremos os princípios gerais estabelecidos na *III Plenária Nacional da Economia Solidária* fruto de debate de representações de 18 estados brasileiros, que dará uma visão de conjunto das diretrizes desta outra economia.

### **Princípios gerais da III Plenária nacional de economia solidária – junho de 2003.**

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

- a valorização social do trabalho humano,
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade. Uma perspectiva de gênero que se impõe, na medida que vivemos numa sociedade que discrimina a mulher, seu espaço, seu lugar.
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade.
- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas. Aqui se diferencia da perspectiva de ação e produção capitalista.
- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em

vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios. Na medida em que se busca uma estrutura solidária a partir do cooperativismo/associativismo, não visando os lucros, mas as sobras, quando o excedente da produção é socializado, dividido entre cooperados ou associados, a partir de um consenso democrático, por este caminho rompe-se com as relações de exclusão característico do sistema produtivo capitalista.
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial. A reflexão e a busca de um novo paradigma que não a dimensão do imperialismo.
- Para a Economia Solidária, a eficiência não pode se limitar aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema. É incorporado nesta perspectiva a construção da cidadania, é um trabalho que constrói cidadania, quando o trabalhador acredita no trabalho que faz, tem orgulho do que faz, não tem vergonha do que se desenvolve de forma solidária. Neste caminho o trabalhador adquire consciência de seu lugar na produção e na sociedade, de forma crítica autônoma e criativa.
- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a

produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

### **Princípios específicos Por um sistema de finanças solidárias**

- Para a Economia Solidária, o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional:
- A nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.
- A nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o conseqüente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

A organização produtiva capitalista na qual a economia solidária se insere parte da seguinte idéia: Temos o universo da econo-

mia capitalista, em que se reproduzem as relações de produção a partir do circuito produtivo, considerando as dimensões de circulação, produção e consumo como os aspectos primordiais das relações sociais, mercantilizando as relações humanas. A mercantilização torna-se a referência norteadora do sistema. A economia solidária, embora esteja contida no sistema capitalista, irá construir formas alternativas de produção, circulação e consumo.

...os empreendimentos, organizações e consumidores, dão preferência ao consumo, sempre que possível, dos produtos e serviços ofertados nas redes solidárias, evitando comprar produtos ou contratar serviços similares no mercado capitalista. Por outro lado, os empreendimentos solidários buscam não apenas atender as demandas existentes no interior das redes solidárias (inclusive a sua própria demanda por embalagens, transporte, armazenagem e distribuição), como também conquistar mercados amplos, reduzindo o mercado consumidor das empresas capitalistas, e com isso gerando maior distribuição de renda, enfrentando a concentração do capital que caracteriza a economia excludente do capitalismo contemporâneo. ( MARTINS, 2003, P. 15).

Nas formas alternativas é que aparecem as cadeias produtivas solidárias, com uma perspectiva de transformação das relações de trabalho à luz de valores mais humanos e solidários.

### **Cadeias Produtivas Solidárias (conforme III Plenária Nacional de Economia Solidária)**

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam, articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até

o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.

Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.

A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes permite que se façam investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam:

- Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.
- Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.
- A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se

faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.

- A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a **territorialidade e o desenvolvimento local** como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.
- A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais eqüitativamente entre grupos e países.
- A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

A ruptura com as formas capitalistas de produção não é tarefa fácil, pois temos mais de um século de dominação deste modo de produção. A sociedade em que vivemos é uma sociedade do controle, em que existe uma tendência de monitoramento e orientação em todos os ramos da sociedade. Isso se dá pela ênfase tecnológica que impera nas relações. Os condicionamentos de consumo e criação de necessidades, mediados por grandes empresas a partir dos poderosos instrumentos de “marketing” e propaganda se tornam importantes instrumentos para a acumulação de capital nas novas formas capitalistas. Este movimento está trazendo, efetivamente, um empobrecimento das potências humanas, como nos coloca Santos (2003, p. 49),

Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão.

Para a implantação consistente da economia solidária muito ainda tem que ser feito. Hoje temos a economia solidária com uma intervenção principalmente no âmbito da produção, temos um caminho longo a percorrer. Temos, por exemplo, as *finanças solidárias* com financiamentos compatíveis com as condições dos empreendimentos, aplicando juros baixos. Outra ação importante para a construção de um sistema econômico solidário é o *comércio justo*. Essa perspectiva rompe com os paradigmas do monopólio de mercado nas relações de oferta e procura e de preços de monopólio e produtividade, tão nefasta aos trabalhadores.

O equilíbrio entre a oferta e a procura de trabalho não pode senão se estabelecer a partir do momento em que o Estado assegure o bom funcionamento dos mecanismos de mercado. O mercado garantindo o acesso ao trabalho bastaria para eliminar a pobreza. Da extensão dos direitos civis resultaria uma tendência à igualdade das condições. Essa versão otimista é profundamente contestada pela amplitude do empobrecimento que interpela esta pretensa auto-regulação. Pelo contrário, a contradição entre a liberdade política e a dominação econômica torna-se insuportável. (FRANÇA FILHO, 2006, p. 29)

No caso do comércio justo, existe a possibilidade de pagar um preço mais caro por um produto, pois o consumidor faz uma compra política, paga-se mais caro por que aquele empreendimento não vai ter capacidade produtiva para competir com uma grande empresa por conta da escala da sua produção. Paga-se mais caro por que é um preço justo por estar fundado em cima de

uma estrutura solidária, de uma ação que está socialmente revertendo situações de penúria dos trabalhadores e construindo uma relação de cidadania no trabalho. Com isso você desloca a noção de consumo na sociedade. Muita coisa ainda deve ser feita neste sentido, estamos dando os primeiros passos. Não sabemos inclusive qual seria a dimensão e conseqüências do enfrentamento com o capital quando este sistema estiver em pleno funcionamento. O importante é a dimensão possível que a economia solidária traz para um outro tipo de relação econômica na sociedade contemporânea.

O fato de os empreendimentos solidários estarem se organizando e compondo redes de ajuda mútua e representação política aponta um dado interessante: a mobilização mais ampla em torno desta proposta econômica e social está abrangendo as experiências populares de pequeno porte, de caráter informal e baixa rentabilidade. Ou seja, o lado bastante precário da economia brasileira, marcado pelo imprevisto e pela criatividade popular, parece estar sendo considerado da perspectiva de um desenvolvimento socialmente inclusivo. (SOUZA, 2003, p. 40)

Cabe acrescentar que os atores destas experiências representam a grande maioria da população brasileira. A orientação para ações deste tipo certamente reverteria as condições de penúria desta força de trabalho desassistida. Entretanto, é fundamental que este processo seja fruto de construção participada, onde os trabalhadores efetivamente controlem seus empreendimentos e rompam com qualquer tipo de dependência, econômica, técnica, política entre outras.

### A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A PRODUÇÃO GEOGRÁFICA

O que se pretende discutir neste item é: qual a interface que foi construída e

o que pode ainda ser construída com a geografia?

A ação se inicia a partir da participação junto ao núcleo de economia solidária da UEM com representantes de diversas áreas do conhecimento. Desde o final dos anos de 1990<sup>2</sup>, pesquisas do NEMO focaram a questão da dinâmica populacional da mesorregião norte central paranaense, estabelecendo pesquisas no âmbito regional. Esta trajetória irá confluir para uma ação a partir do eixo “Diagnóstico de Potencialidades Produtivas Locais-DPPL”. As atividades desenvolvidas no núcleo estão relacionadas principalmente à formalização de empreendimentos econômicos solidários. Grande parte dos empreendimentos desenvolvidos pelo núcleo nos seus 10 anos de existência são empreendimentos urbanos. Foram criadas cooperativas de catadores, artesanato, alimentos, entre outras. Quando ocorre a participação da geografia é introduzida uma outra perspectiva não mais na cidade, mas no campo a partir de empreendimentos econômicos solidários em propriedades camponesas familiares, bem como, municípios periféricos desabilitados tanto economicamente como socialmente. É introduzida a possibilidade de desenvolver uma ação solidária não mais no centro regional (cidades pólo), mas nas cidades periféricas visando a perspectiva de reversão da estagnação geoeconômica destas comunidades. Com o Diagnóstico de Potencialidades Produtivas Locais

podemos mapear quais são as potencialidades destas comunidades menores, o que estamos denominando de cidades periféricas. Quais são as possibilidades que essa força de trabalho autóctone, que ainda existe e que grande parte dela está desabilitada, sem emprego ou que está desenvolvendo uma atividade subalterna, tem de potencializar suas expertises. Existe uma metodologia em construção que pretende possibilitar o mapeamento destas forças produtivas a partir da observação e captura de informações qualitativas dos trabalhadores das comunidades.

Todas essas ações correm no sentido da manutenção e da perpetuação da população no território municipal e efetivamente a atração de população externa para o trabalho e consumo, na medida que se dinamiza a economia podendo estabelecer atratividade, portanto, o diagnóstico se posiciona no processo de consolidação de empreendimentos econômicos solidários antes da pré-incubagem. É feito o levantamento e buscam-se as potencialidades. Percebendo a existência de força de trabalho potencial, inicia-se o processo de pré-incubagem. Nessa fase são feitas reuniões discutindo os preceitos da economia solidária, qual a importância da formalização de um empreendimento para que este possa participar de editais de financiamento de atividades, equipamento, bolsas de pesquisa, em suma, com isso se constrói uma relação cidadã aonde estes trabalhadores se inserem efetivamente no processo produtivo de forma digna a partir do associativismo e ou cooperativismo.

Quanto à atuação da geografia dentro do núcleo de economia solidária da UEM, as atividades foram desenvolvidas no projeto XETÁ a partir da temática das redes de *integração/interação* entre proprietários camponeses. *Integração* no sentido de buscar formas de estruturação a partir do uso de meios eletrônicos (internet), bem

<sup>2</sup> Relação dos projetos institucionais relativos ao temário em discussão. “A retenção de populações em cidades periféricas: a produção; o trabalho; a escola; a moradia e o turismo - a região norte paranaense em questão” no período de 1999 a 2003; “Cidades, distribuição populacional e políticas públicas - um estudo comparativo entre os estados de São Paulo, Paraná e a Comunidade de Madri (Espanha)” no período de 2004/05; “Incubação de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários - IIEES - POTENCIALIDADES E AUTONOMIA: O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL DAS POPULAÇÕES DE MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DA MICRORREGIÃO Entre Rios - PR” no período de 2005/06; “DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: O MAPEAMENTO DAS POTENCIALIDADES PRODUTIVAS DA POPULAÇÃO TRABALHADORA DE MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DA MICRORREGIÃO ENTRERIOS-PR - BRASIL”, início em 2007, em andamento.

como, estabelecer as condições para a circulação das pessoas, sendo a primeira uma dimensão virtual e a segunda física. Esta rede física se estrutura a partir do estabelecimento de núcleos estratégicos para as atividades dos agentes envolvidos para que as unidades fiquem estrategicamente estruturadas numa dada região. No entanto esta integração é fundamentalmente associada com a *interação* dos agentes, ou seja, não é uma rede que será administrada pela universidade de forma linear, mas sim os agentes (trabalhadores/proprietários camponeses) interagindo, onde se reproduz as atividades em todas as unidades por todos os agentes. Cabe ao núcleo de economia solidária, estimular as atividades e se possível dar logística para as ações. Sendo todo este processo a partir do convencimento compartilhado com os agentes, porque se os encaminhamentos vierem de cima para baixo não se consegue permanência destas ações.

O grupo Xetá apresenta dois projetos que são concebidos a partir das discussões teórico/metodológicas desde 2006. A Bioleite, uma cooperativa de produtores familiares de leite envolvendo os municípios de Tapejada e Cruzeiro do Oeste - PR que foi incubada enquanto Empreendimento Econômico Solidário - EES, e o projeto financiado pelo CNPq de "Apoio a Projetos de Geração e Disponibilização de Tecnologias para a Agricultura Familiar de Base Ecológica, Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas." Deste edital tivemos o projeto intitulado: "Integração/Interação de empreendimentos de produção leiteira em agricultura familiar no território CONSAD Entrerios - Paraná", O objetivo deste projeto é formar extensionistas que vivem nas propriedades familiares que desenvolvem atividades no setor leiteiro. Esta formação terá como foco a gestão participativa das unidades produtivas (agricultores familiares) à luz dos preceitos da economia solidária orientando os trabalhos para a

formalização, junto com os produtores e filhos de produtores, de uma associação ou cooperativa regional, visando integrar os proprietários/produtores familiares de 9 municípios do território CONSAD Entrerios.

Geógrafos, professores pesquisadores e estudantes de geografia estão envolvidos nestes projetos desenvolvendo um trabalho multidisciplinar onde se busca, a partir das condições objetivas impostas aos trabalhadores da cidade e do campo, compreender e transformar esta realidade com as bases teórico/metodológicas construídas criticamente de forma integrada com os agentes, objeto de nossas investigações, a partir de uma práxis transformadora.

#### REFERÊNCIAS

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas** - ciência para uma vida sustentável. São Paulo: CUTRIX, 2002, 296 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. - a era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1, São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2006, 326 p.

MANCINI, Euclides André (Org). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro, DP&A, FASE, Ifil, 2003, 387 p.

MARTINS, Juliano Rodrigues. **Logística solidária** - consolidação, armazenagem e distribuição de produtos das redes solidárias no Brasil. São Paulo, Scortessi, 2005, 121 p.

ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades humanas** - um olhar para o norte central paranaense. 1999, Tese (doutorado em Geografia)- USP, São Paulo, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Record, 2003.

SOUZA, Andre Ricardo de (Org). **Uma outra economia é possível**- Paul Singer e a economia solidária. São Paulo, contexto, 2003, 318 p.

(Recebido em 15/06/2008 e aceito para publicação em 05/12/2008)